

**DIREITO AO TERRITÓRIO E GRANDES  
EMPREENDIMENTOS: lutas e resistências dos povos quilombolas  
no município de Baião – PA**

**RIGHT TO TERRITORY AND GREAT ENTERPRISES: struggles and  
resistances of the quilombolas people in the municipality of Baião – PA**

**DERECHO AL TERRITORIO Y GRANDES EMPRENDIMIENTOS:  
Luchas y resistencias de los pueblos quilombolas en el municipio de Baião – PA**

**Carla Joelma de Oliveira Lopes**

Doutoranda e Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA.  
carlajoelma@gmail.com

**Recebido para avaliação em 28/08/2017; Aceito para publicação em 07/11/2017.**

**RESUMO**

Na Amazônia, a partir da década de 1960, ocorreu um intenso avanço do modo capitalista de produção no campo, marcado inicialmente pelo processo de abertura de estradas e pelas políticas públicas que objetivavam a ocupação e o desenvolvimento do território. Pouco tempo depois os grandes empreendimentos voltados para a exploração agropecuária, mineração e energia hidrelétrica consolidaram o avanço. No contexto destaca-se a região do Baixo Tocantins e, em particular, o município de Baião (PA) afetado pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1974-1984), pela penetração intensiva das madeireiras no território, principalmente a partir da década de 1970 e, pela chegada da dendeicultura em 2009. Ao mesmo tempo, na contramão das políticas oficiais destinadas ao território, surgem formas de resistência que orbitam em torno de questões relativas à luta pela terra e ao reconhecimento do direito étnico dos povos quilombolas. Este trabalho objetiva compreender a situação geográfica em questão, considerando aspectos que dizem respeito aos impactos produzidos pelos grandes empreendimentos no município de Baião (PA), em especial os de caráter econômico, ambiental e socioterritorial, a partir da análise das estratégias de resistência desenvolvidas pelos povos quilombolas locais. Para tanto, toma-se como referência o território quilombola de Araquembaua, comunidade titulada em 2002. Utiliza-se a proposição metodológica do território usado. Os resultados revelam que a titulação quilombola configurou uma importante estratégia territorial para garantir a seguridade da terra e de forma semelhante materializou novas perspectivas políticas de enfrentamento aos efeitos perversos dos grandes projetos no lugar.

**Palavras-chave:** Território Usado; Processos Socioterritoriais; Quilombos; Amazônia Paraense.

**ABSTRACT**

In the Amazon, from the 1960, there was an intense advance of the capitalist mode of production in the countryside, marked initially by the process of opening roads and by public policies aimed at the occupation and development of the territory. Shortly thereafter, large enterprises focused on agricultural exploration, mining and hydroelectric energy consolidated the advance. In this context, the Baixo Tocantins region and, in particular, the municipality of Baião (PA) affected by the construction of the Tucuruí Hydroelectric Power Plant (1974-1984) are highlighted, due to the intensive penetration of logging in the territory, mainly from the decade of 1970, and by the arrival of the dendeicultura in 2009. At the same time, contrary to the official policies destined to the territory, there are forms of resistance that orbit around questions related to the fight for land and the recognition of the ethnic right of the quilombola people. This paper aims to understand the

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

geographic situation in question, considering aspects related to the impacts produced by large enterprises in the municipality of Baião (PA), especially those of an economic, environmental and socio-territorial nature, based on the analysis of the strategies of resistance developed by the peoples Local quilombolas. Therefore, the quilombola territory of Araquembaua, a community titled in 2002, is used as reference. The methodological proposition of the territory used is used. The results show that the Quilombola titling established an important territorial strategy to guarantee the security of the land and in a similar way materialized new political perspectives to face the perverse effects of the great projects in the place.

**Keywords:** Territory Used; Socio-territorial Processes; Quilombos; Amazonia Paraense.

### RESUMEN

En la Amazonia, a partir de la década de 1960, ocurrió un intenso avance del modo capitalista de producción en el campo, marcado inicialmente por el proceso de apertura de carreteras y por las políticas públicas que objetivaban la ocupación y el desarrollo del territorio. Poco tiempo después los grandes emprendimientos volcados hacia la explotación agropecuaria, minería y energía hidroeléctrica consolidaron el avance. En el contexto se destaca la región del Bajo Tocantins y, en particular el municipio de Baião (PA) afectado, por la construcción de la Usina Hidroeléctrica de Tucuruí (1974-1984), por la penetración intensiva de las madereras en el territorio, principalmente a partir de la década de los años Y por la llegada de la dendeicultura en 2009. Al mismo tiempo, en contra de las políticas oficiales destinadas al territorio, surgen formas de resistencia que orbitan en torno a cuestiones relativas a la lucha por la tierra y al reconocimiento del derecho étnico de los pueblos quilombolas. Este trabajo objetiva comprender la situación geográfica en cuestión considerando aspectos que se refieren a los impactos producidos por los grandes emprendimientos en el municipio de Baião (PA), en especial los de carácter económico, ambiental y socioterritorial, a partir del análisis de las estrategias de resistencia desarrolladas por los pueblos Los quilombolas locales. Para ello, se toma como referencia el territorio quilombola de Araquembaua, comunidad titulada en 2002. Se utiliza la proposición metodológica del territorio usado. Los resultados revelan que la titulación quilombola configuró una importante estrategia territorial para garantizar la seguridad de la tierra y de forma similar materializó nuevas perspectivas políticas de enfrentamiento a los efectos perversos de los grandes proyectos en el lugar.

**Palabras clave:** Territorio Usado; Procesos Socioterritoriales; Quilombos; Amazonas Paraense.

---

## INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, a Amazônia paraense sofreu uma forte intervenção estatal que materializou ações pautadas em diversos paradigmas de desenvolvimento. Foram ações que incidiram diretamente sobre as populações camponesas provocando um reordenamento territorial significativo, “poder-se-ia dizer, um processo de desterritorialização e reterritorialização, assentado em mudanças sociais e ambientais” (MAGALHÃES et al., 2012, p. 2).

O Estado brasileiro seguia uma orientação intervencionista relativamente comum na América Latina, na época marcada por ditaduras militares, pelo receio das burguesias em face da expansão do modelo socialista e, ao mesmo tempo, pelo estabelecimento de novos padrões do capital no mundo. Os desdobramentos das políticas intervencionistas se

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

intensificaram a partir de 1966 na Amazônia, uma vez que, grandes obras de infraestrutura foram destinadas ao lugar com o intuito de favorecer a “ocupação efetiva” da região.

A Amazônia é pensada como fronteira agrícola a ser amansada, as políticas destinadas ao lugar denunciam a predominância de uma racionalidade excludente e da existência de uma perspectiva areal na compreensão do território. Veem-se os recursos naturais, a extensão territorial, as possibilidades de reprodução ampliada do capital, alicerça-se o discurso da terra como oportunidade e os sistemas técnicos mudam. O meio técnico possibilita a entrada dos grandes projetos e, inversamente, cria as condições para que surjam as perspectivas de resistência derivadas do agravamento das tensões e conflitos na disputa pela terra (NAHUM, 2017).

Nesse sentido, destaca-se o Baixo Tocantins e, em particular o município de Baião (PA) afetado, pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1974-1984), pela penetração intensiva das madeireiras no território, principalmente a partir da década de 1970, pela chegada da dendeicultura em 2009 e, ao mesmo tempo, desde a década de 1990, por novas formas de resistência que orbitam em torno de questões relativas à luta pela terra e ao reconhecimento do direito étnico dos povos quilombolas.

Este trabalho objetiva compreender a situação geográfica em questão considerando aspectos que dizem respeito aos impactos produzidos pelos grandes empreendimentos no município de Baião (PA), em especial os de caráter econômico, ambiental e socioterritorial, a partir da análise das estratégias de resistência desenvolvidas pelos povos quilombolas locais. Para tanto, toma-se como referência de estudo o território quilombola de Araquembaua, comunidade baionense titulada em 2002. Utiliza-se a proposição metodológica do território usado (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

O território usado agrega “a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, o que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 247). Considerando que o território não é uma entidade pura nem é apenas político ou apenas econômico e cultural pode-se afirmar que ele, ao contrário, reúne diversas variáveis que o animam em um processo constante, não de maneira homogênea, nem de forma única, o que explica e dá sentido a seus usos.

Território usado é também sinônimo de espaço geográfico (SANTOS, 1994; SANTOS e SILVEIRA, 2001) e como tal, não é algo inerte, opaco, areal, ao contrário, é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, é o quadro da vida

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

enquanto propriedade emergente da associação entre área e uso. Nahum (2017, p. 6) afirma que:

O território usado, mais do que uma categoria analítica, constitui uma proposição metodológica para apreender a dimensão geográfica da vida, tornando-a inteligível, explicável e exemplificável nas coisas e nas pessoas, umas metamorfoseando-se nas outras.

É, portanto, no território usado que se encontra a compreensão da condição espacial da sociedade, uma vez que, em cada território é possível encontrar uma organização própria que reúne elementos quantitativos e qualitativos que tem como ponto de partida as variáveis materiais que os constituem.

O território deve ser compreendido a partir das mudanças históricas e dos usos que se percebem nele, de forma que “cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema territorial e no sistema espacial” (SANTOS, 1985, p. 09). O território revela o passado, cristalizado nos objetos e normas, e explica o presente.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira parte trata do período anterior aos grandes projetos, nela Araquembaua é apresentada a partir de elementos como a origem e formação da comunidade, os componentes da configuração espacial, as lógicas de reprodução do grupo, as estratégias de desenvolvimento do trabalho, a gestão dos recursos produtivos, a relação entre terra, trabalho e família e as formas de ajuda mútua presentes no território.

Na segunda parte procura-se refletir acerca dos impactos econômicos, ambientais e socioterritoriais que atingem a comunidade de Araquembaua e o município de Baião, em geral, considerando na análise elementos como alteração no modo de vida local, subordinação e dependência ao ritmo dado pelo novo meio técnico que se instala na região.

A terceira parte objetiva dar visibilidade ao processo de lutas e resistências que se expressam em Araquembaua. Processo que resulta de uma série de mobilizações conjuntas das comunidades quilombolas do Baixo Tocantins e da Amazônia Paraense e que tem como mote a luta pela terra associada ao reconhecimento étnico dos povos pretos baionenses e a articulação de estratégias de enfrentamento aos impactos dos grandes empreendimentos no lugar.

## ANTES DOS GRANDES PROJETOS

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

Araquembaua é uma das 101 comunidades rurais de Baião, faz frente com a margem esquerda do Rio Tocantins e limita-se com as comunidades de Itaperuçu, Baixinha e Cupu. A trajetória assemelhada historicamente e economicamente às demais localidades tem, no entanto, suas especificidades. Não existe uma documentação oficial acerca do período exato em que a comunidade surgiu e/ou de que maneira ela se formou, apenas as narrativas dos moradores mais antigos e das lideranças locais sinalizam esforços para a reconstituição da memória.

Entre os mais velhos ouve-se falar que no território havia uma tribo indígena muito pequena que tinha como cacique um homem chamado *Araquem*, companheiro de uma mulher conhecida como *Bana*, os dois habitavam e lideravam o lugar. O mito de origem colaborou para que os moradores tomassem a decisão de juntar os nomes dos antigos líderes indígenas como homenagem aos dois, o resultado foi *Araquembaua*.

Outras narrativas indicam que os primeiros moradores de Araquembaua vinham de localidades próximas ou de municípios vizinhos como Cametá e Mocajuba. A ausência de impedimentos legais representou um atrativo para a ocupação, mas o lugar muito alto e de acesso restrito não permitiu um povoamento muito denso. A comunidade cresceu através da união entre parentes e a inserção de estranhos se deu, principalmente, a partir dos casamentos.

Uma terceira versão acerca da origem da comunidade afirma que ela começou a ser anunciada em 1801 com os festejos da Santíssima Trindade dos Inocentes, padroeira local (REIS, 2013). A data é anterior à constituição oficial de Baião como município que só ocorreu em 1935, o que sinaliza a longa trajetória da Igreja Católica no território. De acordo com o entrevistado 1:

Bom, tem muita gente que acredita na história dos índios que formaram Araquembaua, mas agente que participa da igreja católica daqui e é atuante sabe que a única documentação que existe e que já fala da existência da comunidade é da igreja, na verdade, a única coisa que tem registrada da origem de Araquembaua é da Igreja sobre as datas de chamada pra festa da Santíssima Trindade (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 23.10.2015).

A Igreja teve um papel importante na formação da comunidade e na constituição da organização política de seus moradores, fortalecendo, inclusive, o contato entre Araquembaua e as outras localidades vizinhas. Ao redor dela se configuram práticas de socialização, de resistência, de formação de lideranças, de adensamento das lutas pela defesa da terra e do território. De fato, “a igreja assume grande importância porque em

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

torno dela gira a vida da comunidade, indicando uma relação local [...]; é a célula da comunidade social e ponto de encontro” (FABRINI, 2006, p. 84).

Anterior, porém, ao estabelecimento de uma igreja dentro da comunidade são as práticas religiosas desenvolvidas pelo grupo para professar a fé. Era comum recorrer ao auxílio de benzedeiros e pajelança como forma de curar as doenças do corpo e os males espirituais. Segundo o entrevistado 2:

Quase não se ouve falar mais em benzedeiros por aqui, mas antes da igreja católica se estabelecer em Araquembaua quando alguém adoecia procurava os benzedeiros, a pajelança e a umbanda para curar os males do corpo e do espírito. Os homens se destacavam na função, sempre responsáveis por conduzir as rezas e a religiosidade, também assumiam a função de benzedeiros. Os mais conhecidos eram o senhor Augustinho Lucas, o senhor Zé Ponte, o Mestre Júlio, o Chico Café e o senhor Jacinto Neres (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 24.10.2015).

As práticas de pajelança e benzimento sinalizam os sentimentos de pertencimento e solidariedade do grupo, de transmissão e partilha de saberes construídos no traçado cotidiano em meio à floresta e ao rio. Maués (1994, p.73) afirma que “a chamada pajelança se fundamenta na crença nos ‘encantados’, seres invisíveis que se apresentam durante os rituais incorporados no ‘pajé’ que é a figura central da cura”. Porém, também indicam a precariedade a que estavam expostos especialmente no que tange ao acesso de bens e serviços. Sem recursos para comprar remédios e sem possibilidade de atendimento médico adequado a comunidade utilizou a via religiosa, ativou a crença ancestral na figura dos encantados para prosseguir, resistir e reproduzir seu modo de vida.

Até a década de 1940 apenas nove famílias moravam em Araquembaua. O crescimento da comunidade começa a acontecer entre os últimos anos da década de 1960 e início da década de 1970 em função do aumento do número de casamentos com pessoas de fora. Até o final desse período havia só uma rua, chamada pelos moradores de Primeira Rua.

Com o passar do tempo surgiu a vila que corresponde ao povoado, lugar onde ficavam as casas dos moradores, o campo de futebol, a igreja, o barracão comunitário, o cemitério e o porto. Havia, também, o centro, localizado na floresta, área originalmente utilizada para o desenvolvimento de atividades produtivas, denotando que o território de Araquembaua foi tradicionalmente dividido a partir dos usos. A figura 1 exibe alguns componentes da configuração espacial da comunidade de Araquembaua antes da titulação quilombola ocorrida em 2002.

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

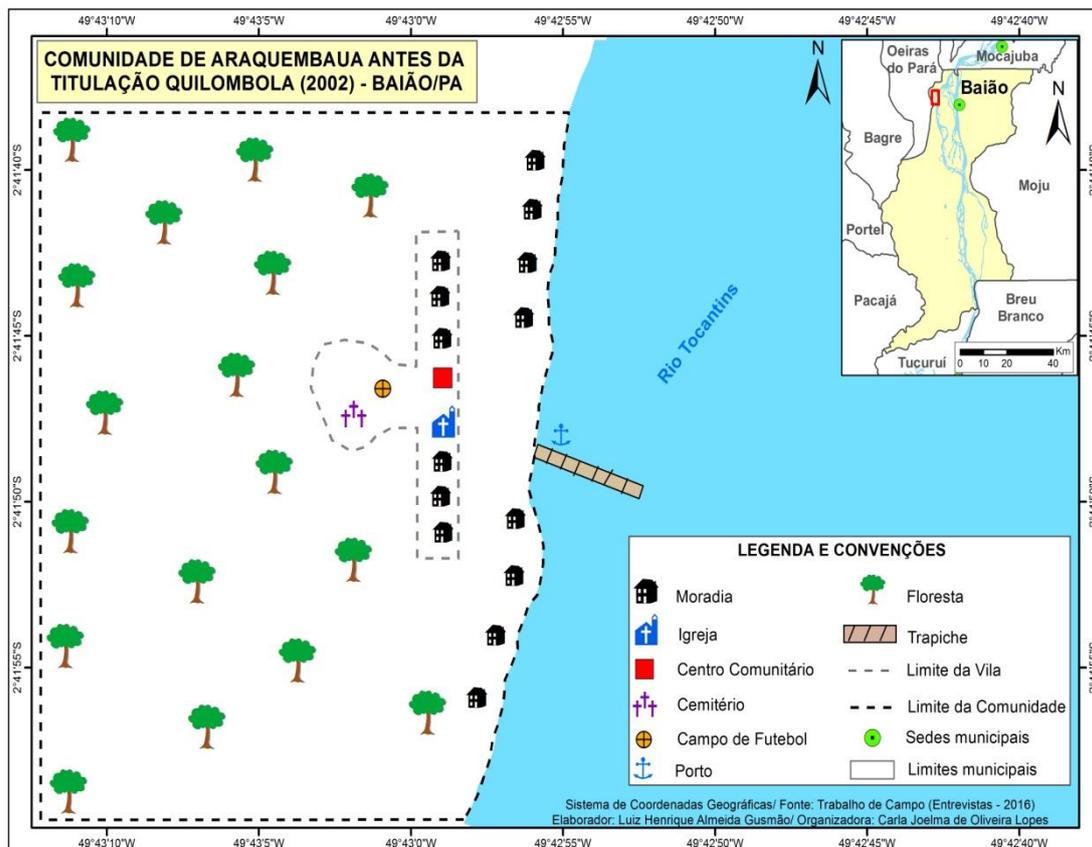


Figura 1 – Croqui da Comunidade de Araquembaua antes da titulação quilombola em 2002, Baião (PA)  
Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: LOPES (2015-2016).

O croqui permite identificar a vila como o lugar da moradia. Nela ficavam as casas e os poucos objetos geográficos que compunham o território. Mas a configuração espacial também sinaliza outros aspectos. Situados na margem esquerda do rio Tocantins e em meio a uma densa floresta, os moradores organizaram-se de modo a extrair os recursos que lhes eram necessários à sobrevivência. A pesca e o extrativismo vegetal garantiram a reprodução do grupo, seja pela via do autoconsumo, seja pela troca mercantil. A proximidade com o rio favoreceu o deslocamento e o contato com a sede e as demais localidades.

As narrativas dos moradores mais antigos ressaltam que não havia propriedades rurais em Araquembaua. As poucas famílias que residiam tratavam a terra coletivamente, havia, porém, uma divisão do terreno em roças para colheita que considerava como medida o valor de uma braça (2,20 m). No geral, cada família ficava responsável por tratar, em média, o equivalente a 60 braças, mas a divisão considerava a capacidade que apresentavam para realizar o trabalho.

O mutirão era um dos principais mecanismos para obtenção da produção e para a construção do necessário à sobrevivência do grupo, ainda assim, o trabalho era considerado

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

penoso em função da pouca disponibilidade de recursos técnicos. De acordo com a fala do morador, os quintais vão se transformando, aos poucos, nos espaços de referência para a realização das atividades agrícolas em função da proximidade das casas e do rio.

A terra era usada coletivamente e os recursos que dela se extrai serviam para suprir as demandas constituídas no cotidiano. O trabalho visava à reprodução do grupo através do autoconsumo e da pequena troca comercial, na prática, os produtos da roça eram transformados em alimento ou em itens de necessidade básica do grupo como remédios, roupas e sapatos.

O uso coletivo da terra indica o apossamento comum, ou seja, a forma como o grupo social estabelece o controle sobre determinado espaço ou território, “esse poder se legitima pela ocupação” (BENATTI, 2003) e estabelece as bases para a normatização futura da propriedade comum (BENATTI, 2011), além disso, expressa o traçado do desenvolvimento do trabalho dentro do território. No cotidiano da dimensão territorial observam-se os atores construindo seus projetos, demarcando suas territorialidades, que valorizam através de suas ações a singularidade do território e produzem o ordenamento territorial que não é uma questão dada, é movimento.

Os principais produtos agrícolas eram a mandioca, o milho e o arroz. Cada família preparava a sua roça. Os roçados ou as roças são mais do que áreas físicas. Elas agregam um aspecto identitário que reúne elementos materiais, simbólicos e culturais dos povos tradicionais e materializam um elo entre o trabalho e o território afirmando uma identidade coletiva (LIMA, 2015).

Além das roças, também, era realizado o extrativismo da castanha, do breu, da borracha e do látex da maçaranduba. Entre os meses de agosto a novembro, grande parte da comunidade migrava para a Ilha do Bacuri com a finalidade de extrair o látex da borracha, o retorno em novembro tinha relação com a realização da principal festa religiosa da comunidade, o Círio da Santíssima Trindade dos Inocentes.

Mas a principal atividade produtiva era a pesca. Esta atividade representou para Araquembaua, por tempos, uma das mais importantes formas de garantia da sobrevivência material do grupo, pois dela derivou parte da subsistência da comunidade e da troca, em pequena escala, por outros produtos necessários ao grupo. De acordo com Bastos dos Santos (2015), os povos amazônicos detêm um conhecimento aprofundado dos ambientes em que se encontram e utilizam a pesca como uma de suas principais atividades, associadas normalmente no período da vazante dos rios a utilização dos solos férteis da várzea para o plantio do arroz, do milho, da mandioca. Caso de Araquembaua.

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

A pesca era realizada pelos homens utilizando técnicas tradicionais. As técnicas eram predominantemente manuais, baseavam-se no uso do caniço, da linha e anzol, no uso do espinhel e na mocooça, práticas tradicionais que, ao longo do tempo, ganharam algumas adaptações. Assim como no caso da agricultura, algumas das atividades de pesca evocavam o trabalho coletivo, caso da mocooça, técnica em que uma área é isolada com uma parede de barro colhida do próprio lugar fazendo surgir uma espécie de lago, os peixes ficam presos no lago favorecendo a pesca. A atividade pesqueira considerava os ciclos da água, verão (águas baixas) e inverno (cheias do rio).

Além da pesca, a caça garantia parte da subsistência da comunidade, era realizada localmente e em acordo com os moradores. Os caçadores mais importantes de Araquembaua no passado eram os senhores Gumercindo, Leonilo Lopes, Vicente Lucas, Agostinho, Wilson Lopes Rodrigues e Bonifácio. Constituíam, também, uma das práticas ancestrais mais tradicionais, uma vez que os saberes e as técnicas utilizadas eram ensinados de geração a geração e, geralmente, apenas alguns poucos conseguiam realmente se apropriar. A prática, porém, obedecia a uma lógica de proteção da biodiversidade, não se caçava mais do que era necessário ao consumo e a pequena troca.

Os moradores de Araquembaua desenvolveram formas combinadas de trabalho, onde a agricultura, o extrativismo, a caça e a pesca configuravam as principais atividades produtivas, demonstrando uma intensa apropriação dos ambientes da terra, água e floresta. Parte da produção agrícola era destinada ao autoconsumo e o excedente, sob forma de mercadoria, era comercializado.

O desenvolvimento do trabalho, anterior a instalação dos grandes projetos, revela, dessa forma, aspectos de uma identidade marcada por interesses voltados para a reprodução das condições de existência do grupo e expressa relações fundamentadas em redes de solidariedade, onde a terra é meio de produção, é território e não mercadoria (NAHUM, 2011), espaço onde se constrói a vida. Os usos do território são compartilhados, assim como a perspectiva de continuidade da existência.

## **IMPACTOS ECONOMICOS, AMBIENTAIS E SOCIOTERRITORIAIS DOS GRANDES PROJETOS**

O impacto das políticas estatais na região do Baixo Tocantins foi intenso. Manyari (2007) recorda o processo de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí (1974-1984) responsável por produzir mudanças na vazão do rio Tocantins que atingiram pelo

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

menos quatro municípios: Baião, Mocajuba, Cametá e Igarapé-Miri. Os municípios reuniam grandes quantidades de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, populações que viviam tradicionalmente da pesca artesanal, da atividade extrativista e da agricultura de subsistência.

A construção da usina sinaliza uma profunda alteração no modo de vida das comunidades afetadas, permitindo e estimulando o avanço das frentes agrícolas, das frentes madeireiras, a formação de novos núcleos urbanos e o surgimento de graves problemas ambientais. Além destes, o discurso competente que se organizou em torno da UHE serviu ainda como atrativo da mão de obra local, provocando um esvaziamento dos lugares. Foi o caso de Araquembaua. De acordo com Lopes (2017):

A construção da hidrelétrica impactou profundamente o território. Havia, na época, uma expectativa que associava o empreendimento ao progresso, a chegada da energia elétrica, ao desenvolvimento de serviços e de uma infraestrutura mínima que representasse um pouco mais de qualidade de vida. Muitos partiram de Araquembaua em direção a Tucuruí movidos pelo interesse em conquistar um trabalho com remuneração fixa, garantias trabalhistas, acesso a serviços urbanos, etc., soma-se a isso o fato de que o represamento das águas provocou a redução do pescado, atividade que tradicionalmente mantinha a sobrevivência de vários trabalhadores (LOPES, 2017, p. 206).

As narrativas locais demonstram que a instalação da UHE de Tucuruí trouxe expectativas positivas, mas elas não se cumpriram. A energia esperada pelos moradores como referência de modernidade e inclusão só foi conquistada em 2007. A maioria dos trabalhadores da comunidade que se envolveu com o processo de construção da usina não ficou por muito tempo empregada.

Os dados do campo também sinalizam para a negatividade dos impactos provocados pelo empreendimento, um dos mais graves tem relação com o desenvolvimento da atividade pesqueira. O represamento das águas provocou a redução do pescado, atividade que tradicionalmente mantinha a sobrevivência dos moradores. Sobre o assunto, o entrevistado 3 relata que:

Dezessete espécies de peixe desapareceram com a barragem, mas essa não foi a única causa. A utilização de técnicas predatórias de pesca por parte de pescadores de outras localidades vindos até de municípios vizinhos, também, impactados pela hidrelétrica, a presença de barcos de empresas de pesca com a autorização do município, tudo colaborou para a redução do pescado. Atualmente o número de peixes é tão pequeno que obriga os pescadores locais a usarem a flexa, uma técnica que exige que o pescador nade até o fundo do rio para conseguir pescar. A técnica é perigosa, não é incentivada pela associação, mas não foi abandonada pelos pescadores, não sendo raros os acidentes derivados dela. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 25.10.2015).

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

A construção da UHE de Tucuruí, portanto, foi responsável por uma profunda alteração na dinâmica do trabalho, impactando o modo de vida do grupo que tinha como uma de suas mais importantes práticas de sobrevivência a pesca artesanal. Os relatos também sinalizam para a existência de outros danos além da alteração do hidrossistema, perde-se parte da cobertura vegetal local e ocorre o avanço das madeireiras no município.

Analisa-se, então, o caso das madeireiras. O polo madeireiro instalado em Cametá atraiu trabalhadores do município de Baião. De Araquembaua alguns trabalhadores migraram em direção a Cametá e, muito embora, as madeireiras não tenham definido o território de Araquembaua como alvo de suas estratégias diretas de atuação, elas chegaram até Igarapé Preto, comunidade vizinha, provocando intensa alteração na organização espacial do referido território. De acordo com o entrevistado 4:

As madeireiras estão chegando. Não faz muito tempo recebi o convite de uma das empresas, no convite havia uma referência a participação dos moradores de Araquembaua na elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável, ou seja, eles propõem retirar nossas riquezas e, ao mesmo tempo, fazer agente acreditar que está ganhando. Mas a experiência em Igarapé Preto foi muito ruim, pois lá por conta da venda da terra e dos acordos feitos por alguns moradores, atualmente as madeireiras impedem o acesso ao igarapé que fica dentro da comunidade e onde o povo pesca, proibem as pessoas de passar por dentro do terreno que eles demarcaram. Só coisa ruim (Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 15.07.2016).

Na fala do morador é possível identificar o quanto a experiência negativa vivida pela comunidade vizinha preocupava os moradores de Araquembaua. Eles sinalizavam dimensionar a extensão dos impactos produzidos pela presença das madeireiras nas áreas rurais de Baião e percebiam que estavam sendo ameaçados por um empreendimento exógeno ao território capaz de alterar profundamente o seu modo de vida.

Conforme sugere Mesquita (2011), a reprodução ampliada do capital vem se expressando através de novas configurações, onde predomina a adoção de uma lógica perversa e agressiva, amparada, no entanto, por subsídios governamentais e pelo apoio do mercado externo, gerando um território fragmentado aonde os interesses do grande capital vêm se impondo, não raro, de forma ilegítima e, ao mesmo tempo, encontrando novas estratégias de encantamento e subordinação das populações tradicionais que habitam a Amazônia.

Configura-se, assim, na Amazônia a formação de um espaço agrário marcado pela expropriação dos povos tradicionais que nela habitam em função da presença de territorialidades excludentes. A precariedade da vida no campo, os altos índices de violência e conflitos em torno do uso da terra, os desafios cotidianos para garantir o acesso a saúde,

| Carla Joelma de Oliveira Lopes |

educação, saneamento, etc. são sintomas que denunciam a existência de um quadro marcado por contradições.

Segundo Nahum e Bastos dos Santos (2014):

A reprodução do capital no espaço agrário amazônico, por meio do monopólio do uso da terra, é voraz e demanda grandes áreas. Isso porque, a ampliação e apropriação da renda da terra pelo capital, ainda que auxiliada pela revolução técnica-científica-informacional balizadora de uma agricultura de precisão genética e edafoclimática, é incapaz de subverter o ritmo e movimento da vida, da natureza. O tempo natural flui entre o semear, o germinar e o colher; movimenta-se entre a coleta de sêmen, a inseminação, a gravidez, a gestação e o nascimento. E como para o capital tempo é dinheiro, busca-se apropriar de terra útil e utilizável até que dela não precise mais. Portanto, é instrumental a relação que, em seu processo de reprodução, o capital estabelece com a terra, ela é tão somente um meio de produção e força produtiva, valor de troca (NAHUM; BASTOS DOS SANTOS, 2014, p. 2).

Ribeiro e Nahum (2014) analisam a chegada da dendeicultura em Baião em 2009. O contexto é marcado por dificuldades de acesso a financiamentos por parte dos agricultores, herança da crise ocorrida com a cultura da pimenta do reino e, ao mesmo tempo, pelo discurso competente que acompanha o cultivo da palma de dendê. Havia dúvidas e inquietações entre os trabalhadores relativas, principalmente, ao destino das áreas agricultáveis.

De acordo com o zoneamento agroecológico do dendezeiro realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 2010, o município de Baião se enquadrava na condição regular para o plantio de dendê apresentando uma área de 1.239,60 Km<sup>2</sup> (33% da área total do município) apta para o desenvolvimento dessa cultura. O zoneamento definia, portanto, um reordenamento territorial significativo no município, uma vez que, parte de seu território, habitado por populações que ocupam tradicionalmente a terra, seria destinado à nova atividade. O cultivo do Dendê em Baião, porém, não teve o resultado esperado. A falta de um diagnóstico rural completo das propriedades, da demanda de produtores habilitados para ter acesso ao crédito rural, do limite de área para uso legal do solo, tudo somado fez com que o projeto do dendê não fosse bem sucedido, até o momento (EMATER-PA/ESLOC-BAIÃO, 2016).

Ainda assim, a dinâmica econômica municipal revela que o território destinado a moradia (e a sobrevivência!) das populações rurais está sendo, aos poucos ocupados por projetos que trazem como perspectiva o discurso do desenvolvimento local e tratam o território a partir de uma perspectiva areal, como afirma Milton Santos (1999, p. 18), “a ação presente, os interesses sobre parte do território, a cobiça, e mesmo as representações atribuídas a essa parte do território tem um relação com o valor que é dado ao que está ali”.

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

Rememora-se, ainda o fato, de que no início do século XXI o Estado age no sentido de dar legitimidade a expropriação do território amazônico, visto que, as ações estatais não são poucas, nem insignificantes. Um bom exemplo foi a volta do financiamento ofertado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), pelo BB (Banco do Brasil) e BASA (Banco da Amazônia) aos empreendedores. A oferta de longo prazo para pagamento e os juros baratos aqueceram o panorama do agronegócio na Amazônia.

Almeida (2011) afirma que os custos sociais e ambientais das ações empreendidas pelo Estado tem sido inúmeros, uma vez que recursos públicos estão sendo direcionados para outros setores, que territórios ocupados tradicionalmente têm sido invadidos e desrespeitados, que a grilagem de terras se tornou uma prática aliciada pelo poder público, que os povos camponeses têm sido obrigados a abandonar suas terras diante da gigante reconfiguração promovida pelas forças do capital amparadas pelo Estado. A UHE de Tucuruí, as madeireiras e a dendeicultura são apenas alguns dos exemplos que sinalizam o quanto as políticas públicas associadas aos interesses do capital privado na Amazônia tem provocado alterações perversas no modo de vida das comunidades que ocupam tradicionalmente os rios e as florestas amazônicas. As lentes de Araquembaua dão visibilidade ao processo.

## **LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS QUILOMBOLAS**

Em Araquembaua os impactos dos grandes projetos produziram usos variados do território e estimularam a organização de uma nova agenda de lutas. Este tipo de resposta não constitui uma forma isolada de enfrentamento, de acordo com Cruz (2014), as populações camponesas amazônicas, diante do quadro de transformações na dinâmica política dos conflitos sociais do mundo rural na América Latina, têm materializado um protagonismo que denuncia a ressemantização das lutas por terras e territórios. São outras arenas políticas que trazem forças sociais de resistência à reprodução do capital no campo e que indicam um movimento contrário ao esperado pelas elites hegemônicas.

Os velhos personagens do campo tais como quilombolas, ribeirinhos, indígenas, extrativistas, pequenos agricultores, etc. se unem em prol da possibilidade de construção de um ideal de justiça e cidadania e apresentam novas demandas. A capacidade organizativa dos grupos demonstra que as relações sociais estão prenhes de um empoderamento maior

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

do que aquele que se exhibe verticalizado e imposto através dos instrumentos jurídicos e punitivos.

Cruz (2014) afirma que os movimentos sociais na Amazônia crescem e recuperam a noção de comunidade. Um processo de construção de identidades coletivas começa a ser gestado. Busca-se a politização das culturas, a revalorização das memórias, o reconhecimento das diferenças étnicas, culturais, religiosas. Lutas por autonomia política, econômica, por soberania alimentar, entre outras, invadem as pautas dos movimentos. E eles seguem em frente construindo uma agenda de lutas que expressa a existência/resistência de antigas/novas territorialidades na Amazônia.

O cenário indica, como sugere Sack (1986), que as pessoas territorializam lugares e intenções e definem novos usos do espaço, produzindo o espaço à medida que interagem, que se relacionam. E assim tem sido a luta dos camponeses amazônicos: sobreviver, produzir e manter o espaço da vida. Manter os meios de subsistência. Preservar as formas de trabalho e o ritmo da produção. Permanecer na terra.

A comunidade de Araquembaua percebia a ameaça da posse sobre o uso o que produzia um presente incerto e um futuro improvável. O conjunto de condições territoriais, técnicas e políticas que se expressava evocava a assunção de uma resposta mais contundente. A adesão ao processo coletivo de titulação de territórios quilombolas enviado no ano 2000 ao Iterpa sinaliza a perspectiva adotada pelo grupo como forma de resistência. De acordo com Diniz e Tubaldini (2015), a titulação quilombola serve de freio à ameaça da posse sobre o uso e, nesse sentido, se configura em uma importante estratégia territorial. O processo de luta pela titulação do território quilombola precisa ser entendido, porém, dentro de uma trajetória de lutas e mobilizações que transcendem o lugar.

Os moradores de Araquembaua foram visitados por integrantes do movimento negro por volta de 1999. Eles traziam informações sobre as evidências históricas, antropológicas e geográficas que indicavam ser o município de Baião um dos que mais contém territórios quilombolas no Pará, informação confirmada por Benedita Celeste Pinto (2015) ao afirmar que a presença negra de forma ancestral no território do Baixo Tocantins é inquestionável, ainda que esteja invisibilizada. Mas não somente. Narravam, ainda, a experiência exitosa de Oriximiná, primeiro município paraense a ser contemplado com conquistas territoriais dos povos quilombolas.

O estado do Pará contava na época com o apoio de entidades envolvidas na luta pela garantia dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, entre elas, destaca-se o NAEA/UFPA (Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará),

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

responsável pela organização e sistematização de várias pesquisas sobre a questão territorial quilombola, o Programa Raízes que oferecia apoio aos processos de titulação, aos projetos de valorização da cultura e da educação quilombola e, também, contava com a colaboração do ITERPA, órgão encarregado da abertura, processamento e conclusão dos processos administrativos de legitimação das Terras de Quilombos (MARQUES; MALCHER, 2009).

É preciso destacar, ainda, os esforços do movimento negro urbano que, no Pará, principalmente representado pelo CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), militou de forma contundente na direção das conquistas territoriais e políticas dos povos negros rurais, tendo uma atuação relevante no processo de titulação de todas as comunidades quilombolas de Baião.

Conforme Marin e Castro (1999) sugerem o mapeamento das regiões onde provavelmente houve ocorrência de mocambos e quilombos foi um passo decisivo para a consolidação da conquista efetiva da terra, dando visibilidade à presença negra historicamente demarcada no território, rememorou, ainda, o fato de que o direito social garantido aos afrodescendentes através da regularização da posse da terra, não contempla somente as terras de quilombo originadas durante o processo de escravidão ou após a abolição. Esse direito se estende a todas as comunidades camponesas ocupadas tradicionalmente por afrodescendentes.

A presença do CEDENPA, de intelectuais da UFPA e de outros quilombolas que já haviam sido contemplados com a titulação, caso dos quilombolas de Oriximiná, mobilizou a comunidade e provocou um intenso processo de debate e reflexão acerca dos benefícios previstos em lei às comunidades que se autoidentificassem como quilombolas, principalmente a seguridade do uso e posse da terra e a conquista de políticas públicas voltadas para os quilombos. A titulação do território representava, portanto, uma estratégia territorial eficaz.

O cenário marcado por mobilizações, lutas e diligências políticas compõe o processo de organização em torno da titulação quilombola na comunidade de Araquembaua. Não ocorre isoladamente, mas somado aos fatores técnicos e territoriais, expressa a imanência da titulação. Em 2000, Araquembaua juntamente com outras 25 comunidades enviou um documento ao ITERPA, solicitando a titulação do território quilombola. O processo, porém, não se deu sem conflitos e nem foi homogêneo. A memória invisibilizada exigiu revisitações.

O território assume assim diversas feições, age como um espaço de organização política, mobilização, luta, atuação (SAQUET, 2013) e, ao mesmo tempo, transforma-se

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

em lócus da diversidade, da pluralidade, das metamorfoses e do pertencimento, marcado que está, por dinâmicas e percepções territoriais em constante processo de produção (HAESBAERT, 2004).

Em pesquisa de campo recente teve-se acesso a informações relativas à percepção que os moradores de Araquembaua têm em relação à nova condição territorial e identitária, uma vez que, a titulação quilombola está associada à autodeclaração étnica. As entrevistas procuraram atingir homens e mulheres em faixas etárias diferentes. Os resultados indicaram um alto grau de aceitação da territorialidade/identidade quilombola entre os moradores adultos, jovens e crianças, os idosos, ao contrário, são os que mais rejeitam a nova condição territorial. Ver gráfico 1.

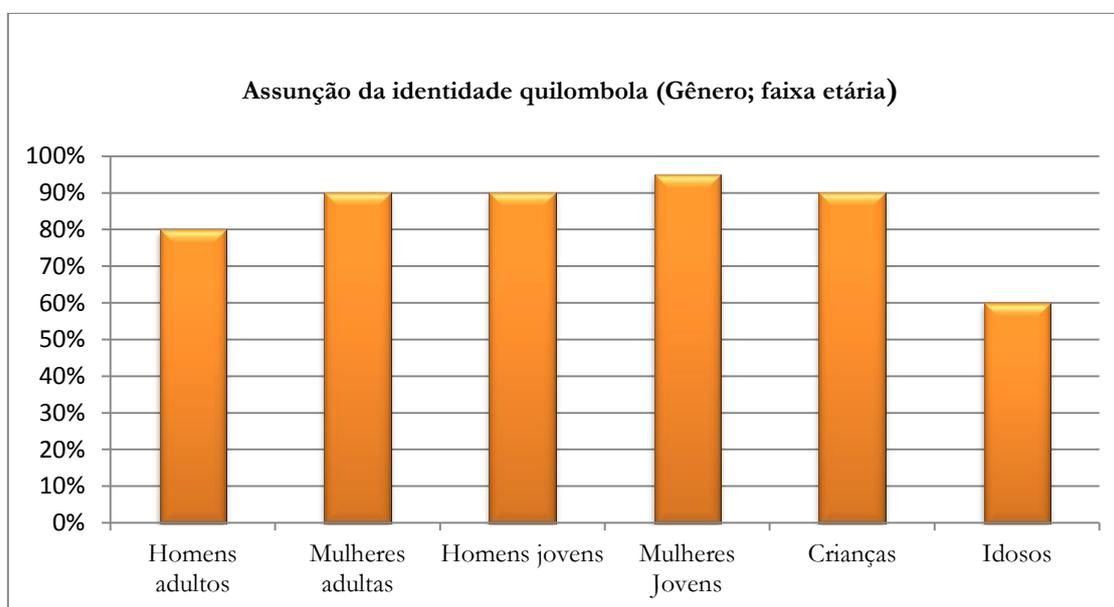


Gráfico 1 – Assunção da identidade quilombola na atualidade em Araquembaua.  
Fonte: LOPES, 2016. Pesquisa de Campo.

O detalhamento do gráfico indica que as mulheres, em geral, têm demonstrado uma adesão maior à nova identidade territorial, entre as jovens a aceitação é mais acentuada. O comportamento dos homens, jovens e adultos, também sinaliza uma aceitação significativa da identidade territorial quilombola. Crianças e idosos apresentam resultados diferentes, sendo que o primeiro grupo demonstra uma aceitação muito mais expressiva do que o segundo. As respostas dos entrevistados vieram acompanhadas de informações relativas às práticas comunitárias que visam o fortalecimento da identidade quilombola e a preservação do território.

Uma das informações complementares é que as escolas, as associações e a igreja católica fortalecem o processo de reflexão e estudo acerca da ancestralidade negra local. A

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

informação permite inferir que o resultado positivo em relação à aceitação da territorialidade quilombola está relacionado ao processo pedagógico de positivação da identidade étnica negra dado pelas práticas da igreja, associação e escola, enquanto que o segundo grupo é aquele que reflete mais intensamente a trajetória de invisibilização da presença negra no território. Ainda, assim, percebe-se uma crescente aceitação da ancestralidade negra entre o grupo.

Ao mesmo tempo, a comunidade intensifica a participação nos processos decisórios do território seja através da atuação nas associações comunitárias, nas associações religiosas ou na associação quilombola. A filiação e intensa participação dos moradores nesses grupos expressa as formas de controle territorial que o grupo vem gestando e indica o adensamento da mobilização política entre eles, conforme gráfico 2.

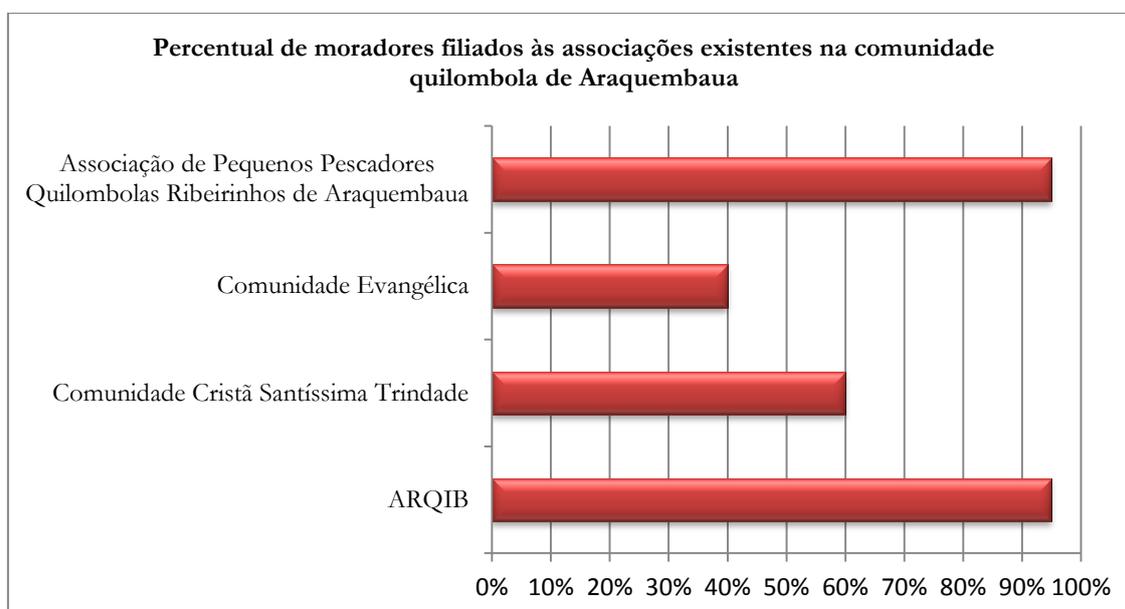


Gráfico 2 – Percentual de moradores filiados às associações existentes na comunidade quilombola de Araquembaua

Fonte: Lopes (2016). Trabalho de Campo.

O gráfico 2 demonstra a intensa adesão dos moradores a ARQIB e a Associação de Pequenos Pescadores Quilombolas Ribeirinhos de Araquembaua, indicando a mobilização do grupo em torno da identidade quilombola. O resultado pode estar associado à expectativa comunitária no que diz respeito à conquista de políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas.

Outro dado relevante diz respeito à relação da comunidade com as associações de caráter religioso, a participação dos moradores é bem intensa, no passado era quase toda voltada para a fé católica, o crescimento das igrejas cristãs evangélicas no território, no

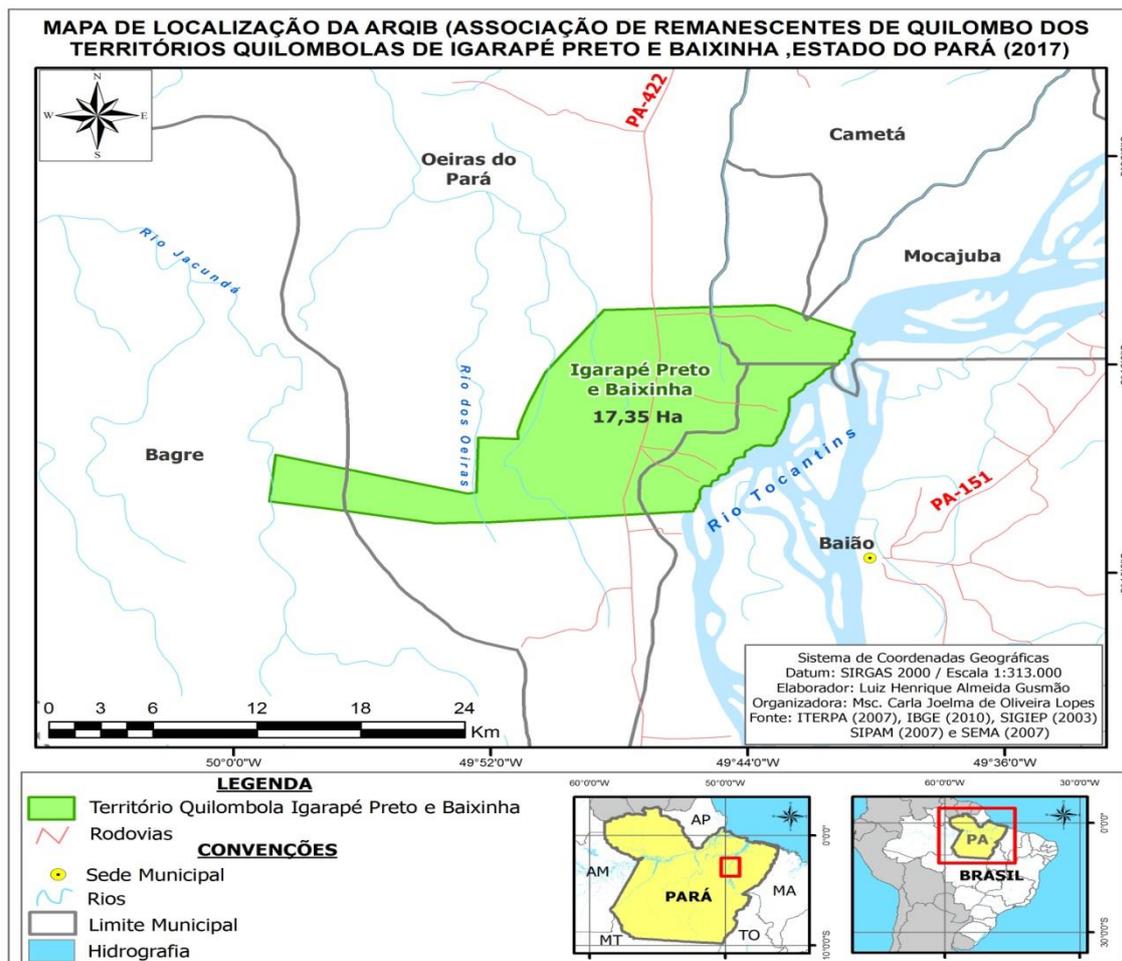
|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

entanto, alterou significativamente o quadro. Ao mesmo tempo, as pessoas sinalizam a compreensão de que a presença das associações no território sejam elas religiosas, de caráter trabalhista ou relativas à territorialidade quilombola, materializam estratégias de controle territorial que são importantes para o desenvolvimento do território.

De acordo com Mascarenhas e Amaral (2016, p. 123), os mecanismos de controle territorial, orbitam em torno das práticas coletivas e muitas vezes são definidas através da mobilização política do grupo visando à consolidação da conquista do território e o resgate da identidade quilombola, pois “o controle do território quilombola está voltado para a preservação de um modo de vida e de uma identidade quilombola na Amazônia”.

Os dados demonstraram que escolas, associações e igrejas têm contribuído cada uma a sua maneira, para o resgate e fortalecimento da identidade étnica quilombola, uma vez que, a identidade consolida a conquista territorial e fortalece o domínio coletivo do território, aproximando as pessoas e as práticas. Muitas comunidades camponesas, assim como em Araquembaua, vem buscando fortalecer o domínio territorial acessando a titulação quilombola. A defesa do território através da titulação quilombola é uma resposta da comunidade que agora compõe a ARQIB (Mapa 1).

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|



A ARQIB, conforme o mapa 1 demonstra, reúne territórios em quatro municípios do Baixo Tocantins – Baião, Mocajuba, Oeiras do Pará e Bagre, ocupando uma extensa faixa territorial da região. A área de domínio coletivo corresponde a 17.357,0206 ha. Em Baião, em particular, até 2015 encontravam-se registradas 34 comunidades quilombolas (IBGE, 2015).

O município de Baião concentra um número expressivo de territórios quilombolas. A densidade dos dados revela um território provavelmente ocupado por populações negras no passado colonial, o que confirma a premissa dada por Salles (2005) de que nessa região houve uma intensa presença do elemento negro que sob a égide da escravidão se rebelou, fugiu e ocupou as terras e os rios do Tocantins.

A confirmação da identidade étnica negra ancestral animou as pessoas a assumirem definitivamente a ancestralidade quilombola. A partir de então novos desafios se configuraram no território. Os moradores de Araquembaua percebem que a adesão à condição de território quilombola também evocou interesses políticos, provocando

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

disputas intermunicipais, conflitos territoriais, entre outros. Compreendem, dessa forma, que a luta não se encerra na conquista da titulação quilombola e que os povos quilombolas de Baião têm muito a aprender e muito a construir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1970 marca o início de uma série de transformações que atingiu todo o município de Baião e, em grande medida, vários do Baixo Tocantins. Ocorria gradativamente um processo de ressignificação das práticas, dos saberes e dos fazeres, o que sinalizava a presença de territorialidades diferentes, conflitos, disputas territoriais e novos usos do território.

A disputa evidencia os usos do espaço, ou seja, põe em foco o território usado. O território usado expressa espacialidades diferentes, uma vez que, a sociedade é dinâmica, está sempre em movimento e as articulações que se dão entre sociedade, o espaço e a natureza incidem diretamente sobre a configuração territorial.

Araquembaua, pequena comunidade ribeirinha do município, passou a refletir essa nova dinâmica dando indicativos que vinha sofrendo interferências de elementos exógenos ao lugar. A construção da UHE de Tucuruí, a instalação de um polo madeireiro em Cameté e de um polo energético com base no desenvolvimento da cultura do dendê sinalizava novos ares e evocavam um grande movimento de desterritorialização.

A comunidade se viu diante do imperativo da defesa territorial. A situação geográfica, marcada por ameaças e conflitos territoriais, denunciava os impactos ambientais, econômicos e socioterritoriais provocados pela presença dos grandes empreendimentos na região. Araquembaua compreendeu que para conseguir responder às suas próprias inquietações seria necessário produzir outras estratégias territoriais.

A adesão ao processo coletivo de titulação do território quilombola empreendido em 2000 por 26 comunidades de Baião foi uma delas. Inicialmente a titulação quilombola não foi recebida por todos da mesma maneira. Dentro do território inicialmente despontaram relações que sinalizavam conflitos no que diz respeito à assunção da identidade étnica africana.

O cenário se alterou ao longo do tempo, em grande medida, por conta dos encontros e das formações que envolvem as comunidades negras tituladas. Os povos quilombolas são convidados legalmente e continuamente a reafirmarem suas identidades no sentido de garantir a posse da terra, sempre disputada por setores agrários conservadores

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

interessados na desarticulação das conquistas dos povos negros (CARDOSO, 2008). A grande maioria dos moradores já admite a origem negra e agora recorre à memória dos mais velhos que reafirma a narrativa histórica da presença negra em Araquembaua.

Dessa forma, é possível afirmar que o que levou a comunidade a lutar pela titulação quilombola foi a adoção de uma estratégia territorial para garantir a posse da terra e reduzir os impactos provocados por elementos exógenos ao território, como os grandes empreendimentos que se dirigiram a Baião, mas, com o passar do tempo, essa condição mudou.

O aquilombamento do grupo está em curso, é o que os dados indicam. Expressam não somente o desejo de reafirmar a conquista territorial, mas dão sinais de que aos poucos a comunidade passa por um processo de aprendizagem. Estão aprendendo o que é ser quilombola na atualidade e, ao mesmo tempo, resgatando uma identidade invisibilizada pelo tempo. Entender o esquecimento, o desaparecimento da memória é um dos desafios dos quilombos contemporâneos e, em particular, do quilombo de Araquembaua.

Os dados da pesquisa de campo demonstraram que o fortalecimento da identidade étnica quilombola e a intensificação da mobilização política no território consolidam a conquista territorial, fortalece o domínio coletivo do território e ajuda a reduzir os impactos dos grandes empreendimentos. Como afirma José de Souza Martins na obra *A Chegada do Estranho* (1993. p. 82), “os grandes projetos contribuíram decisivamente para despertar o demônio da política, adormecido na alma dos humilhados e desvalidos da terra, que põe em questão mais do que esses projetos, põe em questão o direito de propriedade [...]”. A luta dos quilombolas de Araquembaua é pelo direito à vida e ao território.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Org.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. p. 27-44.

BASTOS DOS SANTOS, C. **Dendeicultura e comunidades camponesas na Amazônia Paraense: uma análise do município de Moju**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

BENATTI, J. H. **Posse agroecológica e manejo florestal**. Curitiba: Juruá, 2003.

\_\_\_\_\_. Propriedade comum na Amazônia: acesso e uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Org.). **Terra e territórios na**

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

**Amazônia:** demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. p.93-114.

CARDOSO, L. F. C. **A Constituição Local:** direito e território quilombola na Comunidade de Bairro Alto, na Ilha do Marajó – Pará. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008.

CRUZ, Walter do Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: SILVA, O. A.; SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, A. S. (Org.). **Identidade, Território e Resistência.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 37-72.

DINIZ, R. F; TUBALDINI, M. A. S. Desterritorialização camponesa e reterritorialização quilombola: as territorialidades afro-brasileiras enquanto estratégias de resistência socioterritorial dos quilombos do Alagadiço, Minas Novas – Vale do Jequitinhonha – MG. ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENANPEGE, 2015.

HAESBAERT, R. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LIMA, L. A. P. **A roça como categoria de análise e de afirmação identitária.** 2015. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

LOPES, C. J. O. O território quilombola de Araquembaua: titulação, mudanças e permanências. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 15, n. 1, p. 196-213, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.22238/rc24482692v15n12017p196a213>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

MAGALHÃES, S. B.; SIMÕES, A.; PIRAUX, M.; SANTOS, C. V.; TAVARES, F. B.; MARTINS, P. F. S.; LIMA JUNIOR, N. A. Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental. ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém. **Anais eletrônicos....** Belém-PA: ANPPAS, 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-772-1156-20120630113752.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

MANYARI, Waleska Valença. **Impactos ambientais a jusante de hidrelétricas.** O caso de Tucuruí, PA. 2007. Tese (Doutorado em Engenharia) – Programa de Pós-graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARIN, R. E. A; CASTRO, E. M. R. Mobilização política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 73-106, dez.1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/110/164>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MARQUES, J. A.; MALCHER, M. A. **Territórios Quilombolas.** Belém: Instituto de Terras do Pará – ITERPA, 2009. (Cadernos ITERPA, v. 3).

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MASCARENHAS, C. A. S.; AMARAL, A. J. P. Quilombo: espaço de liberdade e de luta pelo território com base na ancestralidade. In: AMARAL, A. J. P. (Org.). **Quando a universidade vai ao quilombo**. Educação, relações sociais e étnicas no Pará. Castanhal/PA: Faculdade de Pedagogia/UFPA, 2016. p. 108-147.

MAUÉS, R. H. Medicinas populares e pajelança cabocla na Amazônia. In: ALVES, P. C.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. p. 73-81. [e-book]. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/tdj4g/pdf/alves-9788575412763-06.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

MESQUITA, B. A. A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por territórios. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Org.). **Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. p. 45-68.

NAHUM, J. S. **Formação territorial e rural da Amazônia**. Belém: Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia – GDEA/UFPA, 2017. (Projeto de Pesquisa).

\_\_\_\_\_. De ribeirinha a quilombola: dinâmica agrária de comunidades rurais na Amazônia paraense. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 12, p. 79-103, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13470/7694>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

\_\_\_\_\_; BASTOS DOS SANTOS, C. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13470/7694>>. Acesso em: 09 ago. 2017

PINTO, B. C. M. Historiografia, resistência negra e formação dos quilombos na Amazônia Tocantina. In: FELDMAN, A.; BERLESI, J.; NUNES, F. A. **Historiografia: novos debates, novas perspectivas**. Cametá: UFPA, 2015. p. 30-55.

REIS, P. P dos. **Alfabetização e letramento na formação cultural da comunidade de Araquembaua – Baião (PA)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Faculdade de Linguagem, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2013.

RIBEIRO, M. S; NAHUM, J. S. Uma razão, duas visões: dendeicultura e campesinato no município de Baião (PA). **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 01, n. 02, p. 202-217, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/BAG/v01n02/v01n02a13.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

SACK, Robert David. **Human Territoriality**. Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

|Carla Joelma de Oliveira Lopes|

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. Belém: IAP, 2005 [1971].

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, ano 1, n. 1, p. 07-13, mar. 1999. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/2/2.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 17. ed. São Paulo: Editora Record, 2013 [2001].